



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

288

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 11/11/1993
C	Rubrics

Processo no 10630-000.200/91-56

Sessão de : 23 de março de 1993
Recurso no: 88.508

ACORDÃO N° 203-00.270

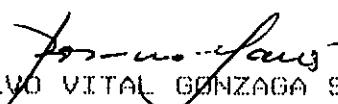
Recorrente: MUNIZ E CIA. LTDA.
Recorrida: DRF EM GOVERNADOR VALADARES - MG

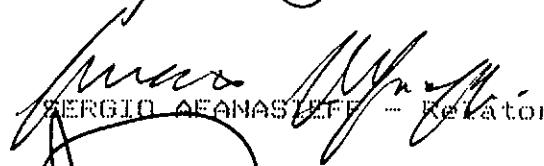
FINSOCIAL/FATURAMENTO - OMISSÃO DE RECEITAS - SUPRIMENTO DE CAIXA - Os suprimentos de caixa, com recursos cuja origem e ingresso o contribuinte não logra comprovar, são indícios claros de omissão de receitas. Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MUNIZ E CIA. LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1993.


ROSAURO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente


SÉRGIO ANASTÁCIO - Relator


DALTON MIRANDA - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 14 MAI 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

CF/mdm/Graça



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 10.630-000.200/91-56

Recurso nº: 88.508

Acórdão nº: 203-00.270

Recorrente: MUNIZ E CIA. LTDA.

289

R E L A T O R I O

O presente processo já passou por esta 3a Câmara do 2o Conselho de Contribuintes, tendo sido por mim relatado. Para maior clareza passo a ler o relatório exarado à época, que transcrevo:

"A Recorrente foi autuada por omissão de receita operacional e por suprimento de numerário não comprovado, em 26/03/91, conforme fls. 02/05.

Intimada a apresentar originais de notas fiscais omitidas e a identificar a escrituração das mesmas, a Recorrente não logrou comprovar a origem dos valores suprimidos - fls. 08.

Na Impugnação (fls. 11/14), a Recorrente alega ter recebido vários autos de infração que originaram 4 processos. Argumenta ter comprovada entrega e origem de notas fiscais, bem como sua escrituração no livro Registro de Entrada de Mercadorias (fls. 12).

A Decisão do processo matriz em Primeira Instância cita, às fls. 18:

"A Fiscalização, fls. 151, (do Processo matriz), informa que a impugnante conseguiu comprovar os seguintes valores:

--Cr\$ 24.161,50 (u.m.e) - relativos à falta de contabilização de notas fiscais de compras (relação - fls. 163; documentos - fls. 175 a 180);

--Cr\$ 33.600.000 (u.m.e) - relativos ao suprimento de caixa (documentos a fls. 166, 167 e 73 (sic)).



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10.630-000.200/91-56
Acórdão no 203-00.270

290

e conclui, com base nos fundamentos expostos, julgar parcialmente procedente o Auto de Infração de fls. 01 para:

"— excluir da tributação o montante de Cr\$ 57.161,50 (uma);

"— manter a exigência do crédito tributário remanescente Cr\$ 418.844,10 (atualizado até 04.02.91) acrescido dos demais encargos legais devidos."

Em seu Recurso, fls. 27/31, a Recorrente menciona que:

"— o suprimento de abril de 1986 — no valor de Cr\$ 55.616,69 —, foi obtido com recursos do sócio Flaurdeym de Oliveira Muniz (fls. 29), [representado por 9 cheques]. A origem foi proveniente de venda de gado;

"— o suprimento de maio/86 Cr\$ 50.000,00 — cheque do sócio — origem: venda de gado;

"— o suprimento de agosto/86 — Cr\$ 33.919,92 — cheque do sócio — origem: disponibilidade do sócio.

Conclui requerendo o cancelamento do remanescente mencionado."

Por tratar-se de processo relacionado com outro de IRPJ e por estar mal instruído, o mesmo foi baixado em Diligência para que o órgão de origem anexasse cópias idôneas dos 9 (nove) cheques mencionados às fls. 29, que perfaziam o suprimento de abril de 1986, no valor de Cr\$ 55.616,69, bem como também do Acórdão prolatado pelo Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes ao processo de IRPJ.

É o relatório. *J. -*



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10.630-000.200/91-56
Acórdão no 203-00.270

291

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
SERGIO AFANASIEFF

Dadas as circunstâncias de instrução deste processo, permito-me transcrever parte do voto prolatado pelo ilustre Conselheiro-Relator, Dr. Kazuki Shiobara, no processo de IRPJ, que compõe o Acórdão no 102-27.638, do 1º Conselho de Contribuintes, *verbis*:

"O litígio submetido à apreciação deste Colegiado refere-se à omissão de receita no montante de Cz\$ 139.536,82, no exercício de 1987 e caracterizada por suprimento de caixa, cuja origem e a efetiva entrega, no entender a fiscalização ficou incomprovada."

Na fase de impugnação, a recorrente havia apresentado como prova de origem dos recursos do sócio supridor Flaurdeym Oliveira Muniz, os seguintes documentos:

— Nota Fiscal de Entrada no 035865 — FRISA Frigorífico Rio Doce S/A, no valor de Cz\$ 53.444,04, emitido em 10 de março de 1986 e para recebimento em 30/03/86;

— Nota Fiscal de Entrada no 036376 — FRISA Frigorífico Rio Doce S/A, no valor de Cz\$ 64.886,30, emitido em 22 de abril de 1986 e para recebimento em 12/05/86.

Quanto a efetiva entrega, a autuada tinha apresentado cópias dos seguintes cheques, todos emitidos pelo sócio Flaurdeym Oliveira Muniz:

— Cheque no 092251 do Banco do Brasil S/A no valor de Cz\$ 50.000,00 nominal a Muniz & Cia. Ltda. de 15 de março de 1986;

— Cheque no 512.941, de 17 de abril de 1986 do BEMGE no valor de Cz\$ 3.591,84 para pagamento a Amaralinho Santo Antonio Ltda. — fl. 174;

— Cheque no 282.100, de 25 de março de 1986 da CEF no valor de Cz\$ 9.666,90 para pagamento a S.A. Indústria Zillo — fl. 173;

S.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.630-000.200/91-56
Acórdão no 203-00.270

292

— Cheque no 541.597, de 26 de abril de 1986 da CEF no valor de Cz\$ 1.552,92 para pagamento a Martins Com. Imp. e Exportação Ltda. — fl. 173;

— Cheque no 885.681 de 14 de março de 1986 da CEF no valor de Cz\$ 21.247,00 para pagamento a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool Ltda. — fl. 173;

— Cheque no 531.346 11 de abril de 1986 do BB no valor de Cz\$ 10.679,90 para pagamento a Massas Reniquito S/A — fl. 174.

— Cheque no 712.847 do Banco do Brasil S/A no valor de Cz\$ 33.919,92 nominal a Muniz & Cia. Ltda. de 27 de agosto de 1986.

Reconstituindo as disponibilidades do sócio supridor e efetiva entrega de recursos para a empresa, obtém-se o seguinte quadro:

DATA	DISPONIBILIDADE	EFETIVA ENTREGA
14/03/86	—	21.247,00
15/03/86	—	50.000,00
25/03/86	—	9.666,90
30/03/86	53.444,04	
11/04/86	—	10.679,90
17/04/86	—	3.591,84
26/04/86	—	1.552,92
12/05/86	64.886,30	
27/08/86		33.919,92

Verifica-se, assim as parcelas de Cz\$ 10.679,90, Cz\$ 3.591,84 e Cz\$ 1.552,92 correspondem a cheques emitidos pelo sócio Flaurdeym Oliveira Muniz para pagamento de obrigações da empresa e, portanto, a efetiva entrega está comprovada e a parcela de Cz\$ 33.919,92, também está comprovado trânsito do patrimônio do supridor para o patrimônio da empresa.

As demais parcelas, cuja efetiva entrega foi comprovada, não tem a sua origem demonstrada e, portanto, não pode ser admitido como comprovado.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

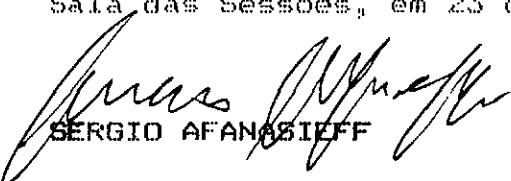
Processo no 10.630-000.200/91-56
Acórdão no 203-00.270

293

De todo o exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso voluntário interposto, para excluir da base tributável, a importância de Cz\$ 49.744,58, no exercício de 1987."

Em resumo, dou provimento parcial ao recurso, para excluir da base tributável os valores de Cz\$ 600,00 (u.m.e) referente à diferença entre a exclusão já concedida na Decisão de Primeiro Grau, que foi apurada a menor, pois a soma dos valores que a compõem - Cz\$ 24.161,50 (u.m.e) e Cz\$ 33.600,00 (u.m.e) perfazem Cz\$ 57.761,50 (u.m.e) e não Cz\$ 57.161,50, como foi concedidos e de Cz\$ 49.744,80 (u.m.e), acompanhando o voto da Decisão do 1º Conselho de Contribuintes, no processo de IRPJ.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1993.


SERGIO AFANASIEFF